

## **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA E SEUS IMPACTOS PARA O SETOR PRIVADO: UMA ANÁLISE DO PLANO BRASIL MAIOR**

Marcia Heloisa Callegaro Brisolla Franchi (IC) e Ana Raquel Mechlin Prado (Orientadora)

**Apoio:** PIBIC Mackenzie

### **RESUMO**

A análise da atuação intervencionista do Estado na economia brasileira é relevante para entender o atual cenário econômico, e durante toda história nacional, houve diversos momentos em que o Estado interveio para alterar a economia do país. O mercado dificilmente consegue direcionar-se e dirigir-se sozinho, tendo a necessidade de obter recursos do Estado, seja por meio de uma regulamentação econômica, ou de medidas que estimulem o setor produtivo, tema este que será objeto desse estudo. Em especial, é abordado o impacto do Programa Brasil Maior (2011-2014). Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com o intuito de identificar as diretrizes desse plano, como se deu a interferência do Estado na economia e quais os efeitos do programa nos setores aqui escolhidos por terem sido contemplados pelo maior número de medidas e pela importância socioeconômica que possuem: Agroindústria e Complexo Industrial de Saúde. Devido à crise política e econômica, não se pode chegar a resultados conclusivos sobre o plano; mas foi possível verificar os impactos preliminares, os quais foram aquém do esperado. As medidas parecem não atingir os problemas estruturais dos setores estudados, o que poderia ser atingido com políticas de mais longo prazo.

**Palavras-chave:** Estado, economia, Programa Brasil Maior.

### **ABSTRACT**

The analysis of the interventionist action of the State in the Brazilian economy is extremely important, since during all national history there were several moments in which the State intervened to change the country's economic situation. The market can hardly be directed and directed alone, having the need to obtain resources from the State, either through economic regulation or measures that stimulate the productive sector, which will be the subject of this study. In particular, the impact of the Brasil Maior Program (2011-2014) is addressed. In order to do so, a qualitative research was carried out to identify the guidelines of this plan, how the State intervened in the economy, and what the effects of the program in the sectors chosen here have been contemplated by the greater number of measures and by the Socioeconomic importance they have: Agroindustry and Industrial Health Complex. Due to the political and

economic crisis, it is not possible to reach conclusive results on the plan; But it was possible to verify the preliminary impacts, which were lower than expected. The measures appear not to address the structural problems of the sectors studied, which could be achieved by longer-term policies.

**Keywords:** State, economy, Brazil Maior Program.

## 1. INTRODUÇÃO

Para o bem-estar social, muitas vezes, é necessária a atuação do Estado na economia, e a intervenção estatal pode desempenhar importantes tarefas para a estabilidade e o crescimento econômico.

As questões políticas e econômicas, vivenciadas pelo país, nos últimos anos, tornam a análise da intervenção do Estado na economia ainda mais desafiadora: é preciso analisar os impactos da interferência do Estado na economia, no período recente da história nacional, bem como estudar qual a importância de sua intervenção, com vistas a identificar seus efeitos, sobretudo, para o estímulo ao setor produtivo privado, e, assim, poder comparar com as intervenções em períodos anteriores.

Contudo, para que não se faça uma análise superficial dessa temática, devido à sua amplitude e complexidade, neste artigo, optou-se por refinar a pesquisa dando-se ênfase ao programa intervencionista estatal, o Plano Brasil Maior, uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal, implementada a partir de 2011.

O Plano apresenta, como objetivos primordiais, o crescimento econômico com a inovação do parque industrial brasileiro, com vistas a obter ganhos sustentados na produtividade do trabalho, e possui duas dimensões para a construção de projetos: a Dimensão Sistêmica e a Dimensão Setorial.

A Dimensão Setorial, que é o principal foco deste artigo, trata de programas e projetos entre o governo e o setor privado, tendo, como referências, cinco diretrizes, sendo o fortalecimento das cadeias produtivas, ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, desenvolvimento das cadeias de suprimentos em energias, diversificação das exportações e internacionalização corporativa e consolidação de competências na Economia do Conhecimento natural. Em particular, a presente pesquisa visou enfatizar os impactos do programa em dois complexos, os quais mais foram contemplados por medidas de estímulo: o Complexo Industrial da Saúde e o Complexo do Agronegócio.

Assim, a presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: quais os impactos da intervenção do Estado e, em especial do Plano Brasil Maior, para o Complexo Industrial da Saúde e para o Agronegócio? O objetivo principal deste trabalho foi verificar se o programa conseguiu atingir as metas estabelecidas para esses setores produtivos. Para tanto, procurou-se também fazer um estudo pormenorizado dos principais desafios, enfrentados por essa política ao longo do período de vigência, por meio de uma pesquisa

bibliográfica e a partir da análise de dados secundários disponibilizados, sobretudo, pelo Governo Federal.

É preciso destacar que, por ser recente, não foi possível ter uma noção completa dos resultados das ações aplicadas pelo Plano, uma vez que a dificuldade da análise de dados ocorreu em razão da falha de diversas medidas que o Programa Brasil Maior estabeleceu e pouco realizou, como no setor industrial, conforme analisado adiante. Além disso, a crise política e econômica que se instalou no país também dificultou um estudo mais detalhado dos impactos do Programa, que foi fortemente comprometido.

Entretanto, este artigo pode trazer contribuições práticas, ao possibilitar o conhecimento dessa política para o setor produtivo e para a implementação de novas políticas públicas: o debate sobre a avaliação de medidas intervencionistas quase nunca é realizado no Brasil, o que dificulta uma visão mais crítica na tomada de decisão dos agentes econômicos e, em especial, do Estado. Em termos teóricos e científicos, este artigo abre uma discussão sobre o programa e a importância de se avaliarem os efeitos das medidas propostas e/ou implantadas, uma vez que poucos trabalhos acadêmicos foram realizados a respeito.

Além desta introdução, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, foi feito um breve histórico da economia brasileira, para, em seguida, abordar os aspectos da intervenção estatal e seus impactos no setor produtivo. Também foi analisada a questão do processo de industrialização e o papel do Estado, descrevendo as políticas neoliberais e o governo liberal-desenvolvimentismo do presidente Lula. Por fim, o estudo focou nas medidas estabelecidas no governo de Dilma Rouseff, com o Programa Brasil Maior, na Dimensão Setorial, em especial, no Complexo Industrial da Saúde e na Agroindústria, focos desta pesquisa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Um breve histórico da economia brasileira**

No período de 1500 a 1822, economia brasileira baseava-se no comércio de exportação do pau-brasil, exploração do ouro, na época colonial, e o tráfico de escravos. A partir da independência nacional, houve investimentos com estradas e portuários para a melhora da circulação econômica, com a importação e exportação de mercadorias (FAUSTO; DEVOTO, 2005). Segundo Oliveira (2012), inicialmente predominava uma economia de caráter primário-exportador e uma política conservadora por parte da coroa portuguesa, e, com a independência, o liberalismo político foi sendo incentivado pelas elites locais, bem como a abertura dos portos brasileiros ao comércio com outros países, extinguindo-se o monopólio

comercial que Portugal mantinha sobre o Brasil, adotando a partir de então o liberalismo econômico e uma nova constituição em 1824.

Contudo, houve várias revoltas provinciais que marcaram o período regencial, como a Cabanagem do Pará, Sabinada da Bahia, Balaiada do Maranhão, Revolução Liberal de São Paulo e Minas Gerais, e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2012). Houve a necessidade de estabilização política por parte das classes econômicas dominantes, com a implantação de um regime parlamentarista em 1847, no qual, a partir de então, as plantações de café foram se estendendo cada vez mais em razão do aumento da exportação, provocando extensões de terras para os latifundiários e crescimento dos cultivadores independentes (OLIVEIRA, 2012).

Neste mesmo tempo, ocorria o fim da escravidão levando à busca por alternativas de mão de obra - a imigração, uma vez que, nessa época, havia na Europa uma busca por melhores condições de vida, o que aumentava o número de imigrantes no Brasil. Consequentemente, os fazendeiros substituíram a mão de obra escrava pela do imigrante com mão de obra livre, impulsionando a industrialização influenciada pela expansão de novas fabricas. Com o crescimento do comércio e da economia, em 1851 foi criado por Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Barão de Mauá, o Banco do Brasil, no qual foi implantado o papel moeda para transações financeiras (FAUSTO; DEVOTO, 2005).

Em 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II foi deposto deixando o cargo de imperador do Brasil, sendo substituído pelo republicano Marechal Deodoro da Fonseca, no qual teve papel marcante na economia, uma vez que houve a propagação da produção e exportação do café, cana de açúcar, cacau e borracha (FAUSTO; DEVOTO, 2005).

Desde a segunda metade do século XIX até a década de 1920, por sua vez, a economia cafeeira em São Paulo foi o grande motor da economia brasileira. Entretanto, em 1929, a crise internacional, caracterizada por uma depressão econômica com alta taxa de desemprego, quedas no PIB e produção industrial de diversos países, influenciou o quadro econômico brasileiro, uma vez que houve uma redução significativa das vendas de café, em razão da queda da demanda internacional. Impossibilitado de realizar empréstimos externos, o Estado passou a atuar na economia como meio de ajudar no período de crise (SILVA, 2005).

Em outras palavras, o quadro econômico da República de 1889 a 1930 enfrentou a inflação com o excesso de dinheiro em circulação, devido ao aumento da comercialização do café, cana de açúcar, borracha, e enfrentou a crise de 1929 com a queda da bolsa de Nova York prejudicando vários países com aumento do desemprego e da dívida, impossibilitando o Brasil de realizar empréstimos e tendo o Estado atuando na economia como forma de sustentar o quadro econômico (FURTADO, 2007).

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e suspendeu a Constituição em vigor, fechando o Congresso Nacional e assembleias, criou os ministérios da Educação, Saúde, Comércio, Indústria e do Trabalho, adotando medidas intervencionistas no plano econômico, investindo no poder estatal, aplicados à circulação de bens e buscando o desenvolvimento do país (FERREIRA, 2015).

## **2.2 Aspectos da intervenção estatal e seus impactos no setor produtivo**

Como dito anteriormente, um dos fundamentais elementos para a industrialização brasileira foi a aplicação de capitais gerados na produção de café para a indústria, mas também houve a contribuição dos estrangeiros nas fábricas, como alemães, italianos e espanhóis, no qual o Estado grande relevância nesse sentido, pois realizou elevados investimentos nas indústrias de base e infraestrutura, como ferrovias, rodovias, portos, energia elétrica.

Foi, portanto, no período de industrialização brasileira que o Estado assumiu um papel forte e intervencionista, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico. Nos anos 1950, por exemplo, foram criadas duas importantes empresas estatais, como a Petrobrás e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, a partir de 1960, houve o avanço econômico brasileiro, após o movimento militar de 1964, com a criação de mais de 300 empresas públicas, como Eletrobrás, Nuclebrás, Siderbrás (ROSA JR, 2011).

### **2.2.1 O processo de industrialização no país e o papel do Estado**

Durante o período governado por Juscelino Kubitschek (1955-1960) foi colocado em prática o plano de metas, no qual era um programa que apresentava 31 metas com objetivo de desenvolvimento econômico do Brasil, em seis áreas estratégicas – energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, priorizando o processo de industrialização do país, afirmando que o Brasil iria desenvolver 50 anos em 5 e, para tanto, estabeleceu o processo de substituição de importações e política cambial consistente (SOUZA, 2009).

Ao final do governo de JK, muitos avanços ocorreram, em detrimento da política de estabilidade monetária, e abrangia investimentos públicos e privados, além da construção de Brasília, a atual capital do país (FGV/CPDOC, 2016).

Para Souza (2009), a estratégia de industrialização intensiva de JK, consubstanciada no Plano de Metas, consagrava o Processo de Substituição de Importações (PSI), no qual ganhava um planejamento com um nível de sistematização e institucionalização nunca visto antes. Além do mais, foi estabelecida pela primeira vez uma política cambial deliberadamente pensada para proteger a indústria nacional, cujos eixos foram uma nova tarifa aduaneira, nova

política cambial que subsidiava a importação de máquinas, equipamentos, insumos industriais e iniciava a importação de bens “menos essenciais”, e uma importante barreira não tarifária às importações representada pela promulgação da Lei do Similar Nacional, que proibia a importação de produtos estrangeiros que tivessem similar no país.

Souza (2009) ainda afirma que o Plano de Metas focava os pontos de germinação – isto é, aqueles em que a ação do Estado, como criador de demanda, acabaria por gerar um efeito multiplicador, que geraria mais empregos, mais investimentos, mais demanda, e assim por diante, em um círculo virtuoso de crescimento. O maior ponto de germinação previsto no Plano de Metas era evidentemente, a construção de Brasília.

Dessa forma, o desenvolvimento da economia brasileira passa a se dar através do tripé Estado, Capital Privado Nacional e Capital Privado Estrangeiro (multinacionais), e a produção nacional passa a ser realizada em sua grande parte por grandes oligopólios de empresas multinacionais e nacionais (FERREIRA, 2009).

Depois de anos de crescimento econômico e industrial continuado, desde a época de Vargas, constituiu-se, no país, uma economia industrial relativamente avançada e integrada, com uma articulação entre capitais estatais, privados nacionais e estrangeiros (FIORI, 1992).

O Estado assumiu uma série de funções, dentre os quais: financiador, empresário, fiscalizador, o que o tornava fortemente intervencionista. Era o nacionaldesenvolvimentismo, em que se tinha, como objetivos principais, o desenvolvimento industrial e a autonomia econômica, fomentados pelo discurso de Brasil Potência.

O setor industrial privado, inclusive estrangeiro, ao longo de período compreendido entre 1930 e 1980, ao ser protegido pelas políticas econômicas adotadas pelo Estado, tinha o mercado interno reservado para si.

Entretanto, nos anos 1980, período denominado de “década perdida”, o Estado alcançou seu limite de potencialidade, devido ao endividamento público interno e externo, e à distribuição regressiva da renda, ocorrendo um estado de marginalidade quase completa com relação à cidadania e ao acesso aos serviços sociais básicos. Com tanta precariedade, houve o esgotamento estrutural do estado desenvolvimentista, com a desaceleração continuada da taxa de investimentos, a hiperaceleração da inflação e o aumento da dívida externa, além do agravamento das condições sociais (FIORI, 1992).

A partir de então, o Estado realizou uma aliança com o grande capital produtivo e financeiro internacional e um arbítrio sobre o dinheiro e o crédito, submetido às exigências de proteção da elite empresarial (FIORI, 1992).

## **2.2.2 O neoliberalismo no Brasil**

A nova Constituição Federal, aprovada em 1988, representou um novo passo para transformação nas relações internas, significando, com isso, uma ampla reforma do Estado (FIORI, 1992).

A Constituição Federal estabeleceu, em seu preâmbulo, que os representantes do povo brasileiro são reunidos em assembleia nacional constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais; a liberdade; a segurança; o bem-estar; o desenvolvimento; a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Sendo assim, o Estado brasileiro pôde intervir em diferentes domínios da vida social, de forma a garantir também a segurança econômica e social da comunidade, podendo intervir no mercado econômico do país para manter estabilidade nesse setor.

A crise dos anos 1980 viu-se finalmente amenizada pela implantação do Plano Real (1993/1994), em que foi adotado um ajuste fiscal e, para a estabilização de preços, foi instituída uma moeda paralela, a URV (Unidade de Referência Variável), unidade de conta que generalizou e sincronizou os preços e salários, logo após, foi substituída pelo Real, uma nova moeda ancorada à moeda americana, dólar (SALLUM JR, 2003).

Entretanto, é preciso destacar que, a partir dos anos 1990, o Brasil assumiu os pressupostos do Consenso de Washington, que prescrevia aos países da América Latina, o Estado mínimo na economia, a abertura comercial e financeira, a privatização, a precarização do trabalho, disciplina fiscal, taxa de câmbio flutuante, etc. Os governantes construíram novas formas de regulamentar o mercado, seguindo um sistema multifacetado de ideias, cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado (SALLUM JR, 2003).

Nesse liberalismo econômico moderado, diminui-se a participação do Estado nas atividades econômicas, com a aprovação do fim da discriminação constitucional ao capital estrangeiro, e a exploração, o refino e o transporte de petróleo e gás, monopolizados pela companhia estatal de petróleo (Petrobrás), que foram transferidos para a União e convertidos em concessão do Estado às empresas, principalmente a estatal, que manteve grandes vantagens em relação a outras concessionárias privadas (SALLUM JR, 2003).

Segundo Sallum Jr. (2003), o Estado foi autorizado a conceder os direitos de exploração dos serviços de telecomunicação, como a telefonia fixa, de celular, exploração de satélites, para as companhias privadas (anteriormente as empresas públicas tinham o monopólio dos serviços), e a transformação mais distintiva ocorrida na intervenção do Estado

na Economia foi terem as empresas estatais deixado de serem os suportes da gestão econômica governamental, e além de a maioria das estatais serem privatizadas, algumas áreas, antes atendidas pela administração direta do Estado, também passaram aos cuidados de empresas privadas. Modificou-se, assim, com o modelo neoliberal, o intervencionismo estatal.

### **2.2.3 O liberal-desenvolvimentismo de Lula**

Em 2002, com a eleição presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, mantém-se um governo liberal-desenvolvimentista, estimulando o desenvolvimento privado e a igualdade social. Apesar da predominância das ideias neoliberais, diante de um contexto global, defendeu-se o crescimento, o emprego e a diminuição da vulnerabilidade externa do Brasil, com aplicação de vários programas sociais e realização de reformas estruturais (TRISTÃO, 2011).

As políticas assistenciais foram focadas, como o programa Bolsa Família, e as políticas universais, como a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e o seguro-desemprego. A política macroeconômica apresentou, no período de 2003 a 2007, como principal prioridade, a estabilidade monetária, por meio do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciado em 2008, de que a política macroeconômica é condição necessária, para a aceleração da competitividade industrial (PIRES, 2010).

Em 2009, o país já saía da recessão, resultante da crise econômica mundial, com crescimento do PIB, impulsionado pelo consumo e pelo desempenho do setor de serviços (REBELO, 2010).

Durante o governo Lula, foi colocada, em prática, a política de fortalecimento dos investimentos, com programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa Minha Vida, e o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES, tornando-se o investimento mais robusto, contribuindo para reforçar a demanda e ampliar a capacidade produtiva (PIRES, 2010).

O PAC foi um plano do governo federal lançado em 2007 que visava estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura, cujo capital utilizado foram os recursos da União e investimentos privados com estímulos de investimentos públicos e parcerias, o programa Minha Casa Minha Vida é um programa habitacional do governo federal lançado em 2009 que permite o acesso à casa própria para família de baixa renda, e o programa de sustentação do investimento (PSI), criado em 2009, operado inicialmente pelo BNDES, e, em seguida, pelo FINEP – Financiadora de Estudos e

Projetos, busca estimular a produção, aquisição e exportação dos bens de capital e inovação tecnológica (JARDIM, 2015).

Além desses programas, foi criado em 2004, por meio da Lei 11.079, a Parceria Público-Privado, como sendo uma alternativa do governo para investimentos em obras de infraestruturas, buscando, dessa forma, parceiros privados nos investimentos, tendo como principal financiador o BNDES, sendo esta uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que apoia e financia a longo prazo investimentos em diversos segmentos econômicos, como agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, além de investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, agricultura familiar, entre outros (JARDIM, 2015).

Pode-se dizer que a intervenção do Estado, no domínio econômico, passa a ser indireta, afirmando as ideias neoliberais e interferindo na economia por meio de incentivo empresarial privado, para manter a produção e o emprego estáveis, a partir da adoção de medidas para que não ocorresse uma recessão, sobretudo, no pós-crise econômica mundial (REBELO, 2010).

Portanto, conforme Rebelo (2010), atualmente a intervenção indireta do Estado no cenário econômico é o quadro do período, mantendo sempre uma posição ativa, diante de possíveis crises que podem ocorrer no país. O grau de controle do Estado se dá por diferentes canais institucionais, como no sistema fiscal, Banco Central, autarquias, empresas produtoras de bens e serviços e no sistema de controle de preços.

### **2.3 Plano Brasil Maior**

Para analisar o papel do Estado na economia no período atual, devido à sua amplitude, optou-se por refinar a pesquisa focando no estudo do Plano Brasil Maior (PBM), implementado a partir de 2011 e que consiste numa política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal (PLANO BRASIL MAIOR, 2013).

O Plano Brasil Maior teve como objetivo cinco diretrizes, sendo elas: o fortalecimento das cadeias produtivas; ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios; desenvolvimento das cadeias de suprimentos em energias; diversificação das exportações e internacionalização corporativa e consolidação de competências na Economia do Conhecimento natural.

A primeira diretriz, sobre o fortalecimento das cadeias produtivas, indica uma postura mais relativa à concorrência de importados. A diretriz sobre ampliação e criação de novas competências de negócios, diversificação das exportações e internacionalização corporativa são as mais associadas à política industrial centrada na inovação. A última diretriz trata-se da

consolidação de competência na economia do conhecimento natural, com o objetivo de ampliar o conhecimento científico e tecnológico dos setores intensivos em recursos naturais (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Instituído pelo Governo Federal, o Plano Brasil Maior estabelece a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior, focando no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza em direção ao desenvolvimento econômico e social (ABDI, 2016).

De acordo com Soares (2013), o Plano Brasil Maior apresentou metas importantes para alcançar seus objetivos durante o período de 2011 até 2014, como por exemplo, ampliar o investimento fixo em relação ao PIB; elevar dispêndio empresarial em P&D em percentual do PIB, ampliar o valor agregado nacional, aumentando o valor da transformação industrial, valor Bruto da Produção (VTI/BO), elevar o percentual da indústria intensiva em conhecimento; diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional; elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias, aumentando o Valor da Transformação Industrial/Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) e ampliar o acesso a bens e serviços para qualidade de vida, ampliando o número de domicílios urbanos com acesso a banda larga (meta PNBL).

O PBM integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal e apresenta, como objetivos primordiais, o crescimento econômico durante os anos de 2011 a 2014, com a inovação do parque industrial brasileiro, a fim de obter ganhos sustentados na produtividade do trabalho, apresentando duas dimensões para a construção de projetos: a Dimensão Sistêmica e a Dimensão Setorial.

A Dimensão Sistêmica trata de redução de custos; aumento de produtividade com foco no comércio exterior; incentivo ao investimento e inovação; qualificação profissional; produção sustentável; competitividade de pequenos negócios; ações especiais em desenvolvimento regional; bem-estar do consumidor e condições e relações de trabalho, por sua vez, a Dimensão Setorial, que é o principal foco deste estudo, trata de programas e projetos entre o governo e o setor privado (PLANO BRASIL MAIOR, 2013).

### **2.3.1 Dimensão setorial**

Essa dimensão relaciona-se com as medidas setoriais, tendo dezenoves setores contemplados por estímulos especiais, sendo eles: petróleo, gás e naval; complexo da saúde; automotivo; defesa, aeronáutica e espacial; bens de capital; tecnologias de informação e comunicação/complexo eletroeletrônico; química; energias renováveis; indústria da mineração; metalurgia; papel e celulose; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; couro,

calçados, têxtil, confecções, gemas e joias; móveis; construção civil; agroindústria; comércio; serviços e serviços logísticos (PLANO BRASIL MAIOR, 2013).

Entretanto, para o desenvolvimento desse trabalho, foram abordados os setores da Agroindústria e do Complexo de Saúde para análise, por serem os setores mais contemplados pelo programa PBM.

O PBM possui o Comitê Executivo que tem a responsabilidade de se reportar ao Grupo Executivo do Plano Brasil Maior para esclarecer e aplicar a metodologia de monitoramento e avaliação do programa. O grupo executivo do PBM é composto por diversos ministérios, sendo eles: MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, MRE – Ministério das Relações Exteriores, MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia, MMA – Ministério do Meio Ambiente, MPOG – Ministério de Planejamento e Orçamento, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011).

Tanto os Comitês quanto os Grupos executivos possuem natureza consultiva com ambos possuindo foco na construção de Agendas Setoriais, que são os cronogramas das ações e planos de cada setor do programa (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011).

De acordo com informações disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura (2011), as Agendas Setoriais tiveram como objetivo fortalecer a agregação de valor nas cadeias agroindustriais, estimulando a capacitação e qualificação da mão de obra, bem como ampliar e fortalecer as linhas de financiamento; ampliar a participação do mercado interno e externo; promover a qualidade dos alimentos; promover o adensamento da cadeia de valor e modernizar o marco regulatório.

A Dimensão Setorial do Plano Brasil Maior constituiu um plano com ênfase em medidas setoriais, havendo um total de 287 medidas distribuídas conforme a figura abaixo (PLANO BRASIL MAIOR, 2013).

**Tabela 1** – Distribuição do quantitativo de medidas segundo os setores do PBM.

Setores		Quantidade	%
1	Petróleo, gás e naval	6	2.09%
2	Complexo da Saúde	29	10.10%
3	Automotivo	29	10.10%
4	Defesa, aeronáutica, espacial	28	9.76%
5	Bens de capital	24	8.36%
6	Tic/ complexo eletrônico	23	8.01%
7	Química	5	1.74%
8	Energias renováveis	17	5.92%
9	Indústria da mineração	4	1.39%
10	Metalurgia	3	1.05%
11	Papel e celulose	5	1.74%
12	Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	2	0.70%
3	Couro, calçados, têxtil, confecções, gemas e joias	8	2.79%
14	Móveis	9	3.14%
15	Construção civil	5	1.74%
16	Agroindústria	70	24.39%
17	Comércio	5	1.74%
18	Serviços	8	2.79%
19	Serviços logísticos	7	2.44%
TOTAL		287	100%

Fonte: Brasil – Economia e Governo, 2013.

Das medidas acima do PBM, conforme Tabela 2 a seguir, apenas 69 ou 24,04% seriam objetivos, estudos ou intenções de trabalho. Em alguns setores, chega-se a ter mais “não-medidas” do que “medidas” como são os casos do comércio (60%) e serviços logísticos (57,14%). Na indústria de mineração (50%) e no complexo da saúde (48,28%) também há um percentual significativo de “não medidas”. Setores com intervenção mais objetiva por não se verificarem “não medidas” seriam papel e celulose, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos e construção civil.

**Tabela 2** –Medidas Vagas (Não Medidas) e Medidas Concretas (Medidas) por Setores do PBM.

Setores		Não Medidas	%	Medida	%
1	Petróleo, gás e naval	1	16.67	5	83.33
2	Complexo da Saúde	14	48.28	15	51.72
3	Automotivo	11	37.93	18	62.07
4	Defesa, aeronáutica, espacial	6	21.43	22	78.57
5	Bens de capital	5	20.83	19	79.17
6	Tic/ complexo eletrônico	6	26.09	17	73.91
7	Química	1	20.00	4	80.00
8	Energias renováveis	1	5.88	16	94.12
9	Indústria da mineração	2	50.00	2	50.00
10	Metalurgia	1	33.33	2	66.67
11	Papel e celulose	0	0.00	5	100.00

12	Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	0	0.00	2	100.00
13	Couro, calçados, têxtil, confecções, gemas e joias	2	25.00	6	75.00
14	Móveis	2	22.22	7	77.78
15	Construção civil	0	0.00	5	100.00
16	Agroindústria	7	10.00	63	90.00
17	Comércio	3	60.00	2	40.00
18	Serviços	3	37.50	5	62.50
19	Serviços logísticos	4	57.14	3	42.86
<b>TOTAL</b>		<b>69</b>	<b>24.04</b>	<b>218</b>	<b>75.96</b>

Fonte: Brasil – Economia e Governo, 2013.

Sendo assim, muitas das medidas do Plano Brasil Maior não são novas, e sim, uma extensão de outros setores, e também são superficiais e abstratas, como sendo apenas uma declaração de intenção de fazer algo, como programas de estudos. No mais, no tópico 4 será analisado os resultados dos setores da agroindústria e do complexo da saúde, que foram os setores mais contemplados pelo PBM.

### 3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa qualitativa exploratória, para Vianna (2001), possibilita detalhar o estudo com maiores explicações e aprofundamento sobre um determinado assunto ou área, com vistas ao seu entendimento mais qualificado, e, neste caso, busca esclarecer se as metas do programa de intervenção estatal Plano Brasil Maior tiveram bons resultados na economia brasileira, em especial, nos setores selecionados.

A pesquisa descritiva, por sua vez, descreve as características de determinada situação ou fenômeno, o qual proporciona uma visão do problema em questão, como afirma Gil (2008). Sendo assim, foram coletados dados históricos do cenário econômico brasileiro, por meio de leituras de periódicos, artigos e livros, que abordam o tema do intervencionismo estatal brasileiro ao longo da história econômica brasileira, a partir, sobretudo, dos anos 1930, identificando o papel que o Estado assumiu na economia, ao longo do tempo. Em seguida, foi feita uma análise pormenorizada do Plano Brasil Maior, verificando quais foram os pressupostos para sua consecução, o grau de intervenção do Estado na economia, a partir dos diferentes instrumentos adotados pelo governo, bem como foram estudadas as suas principais dimensões e metas estabelecidas.

Os dados para análise da política foram extraídos dos Balanços Executivos do Plano Brasil Maior, disponibilizados no Portal Brasil Maior e PINTEC 2011 (Pesquisa de Inovação), a qual pôde sinalizar se as empresas atuantes nesses setores detectaram o programa como uma oportunidade para inovar. Em especial, foram estudados o Complexo Industrial da Saúde

e o Complexo do Agronegócio pertencentes ao Setor Setorial, por serem os segmentos do setor mais contemplados por medidas.

Além disso, foram consultados dados e pesquisas disponibilizados no sítio eletrônico da ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Para as análises setoriais, em especial, foram também extraídas informações dos sítios do Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como o acompanhamento de revistas e jornais especializados.

Convém destacar, entretanto, a dificuldade encontrada na coleta dos dados quantitativos, por falta de informações disponíveis sobre os resultados do programa, que não foi implementado conforme planejado, devido à instabilidade política e econômica no país.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este tópico tem como objetivo mostrar a análise realizada sobre a intervenção estatal na economia no Plano Brasil Maior, com ênfase no Complexo da Saúde e Complexo da Agroindústria por serem os setores com mais medidas, conforme já explicitado.

### **4.1 Complexo da saúde**

A Portaria N° 506 de 21 de março de 2012 instituiu o Programa para o

Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS). A importância estratégica da saúde conquistou, em especial, na última década, reconhecimento em campos de atuação e estudo diversos, uma vez que políticas e ações em saúde apresentam benefícios que extrapolam a especificidade do setor, relacionando-se com a capacidade de a nação promover desenvolvimento sustentável (GADELHA; COSTA, 2012).

O Complexo Industrial da Saúde representa um setor importante em termos sociais, cuja maior parte de medidas do PBM destinou-se à inovação (50%), seguida por quase 30% orientadas à produção (ABDI, 2016).

Também é uma área estratégica da Política Industrial do País, conforme o Plano Brasil Maior, instituído pelo Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, e propõe a adoção de diretrizes e iniciativas que permitam o fortalecimento da indústria nacional com o aumento de capacidade produtiva, inovadora e a competitividade internacional, com a consequente ampliação do mercado interno e externo dos insumos da saúde.

O citado programa teve como objetivo fortalecer os produtores públicos e a infraestrutura de produção e inovação em saúde do setor público. Levam-se em conta que são considerados produtores públicos os órgãos ou entidades que integrem a administração

pública e sejam responsáveis pela produção de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, produtos médicos, equipamentos e materiais de uso em saúde e "kits" para diagnóstico de uso *"in vitro"*, primordialmente, destinados aos programas estratégicos de saúde pública (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O Plano Brasil Maior não somente reafirmou o protagonismo e importância da saúde como um dos segmentos estratégicos a serem fomentados no Brasil, como também estabeleceu diretrizes para a intensificação do estabelecimento de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo na área da saúde e do uso do poder de compra do Estado neste setor (GADELHA; COSTA, 2012).

Segundo a Portaria citada, em seu artigo 5º, caberia ao Ministério da Saúde a assinatura de instrumentos de cooperação com outros Ministérios e entes federados, com vistas à integração das ações de todas as esferas de governo direcionadas à temática do PROCIS, competindo ao Comitê Gestor gerenciar e monitorar a implantação das ações do PROCIS e assegurar o cumprimento dos Planos de Trabalho aprovados.

A partir de então, a União, por meio do Ministério da Saúde, firmaria contratos e/ou convênios para a execução do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde.

O Ministério da Saúde captou projetos de transferência de tecnologias para que sejam produzidos no país medicamentos prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS) (CORREIO DO BRASIL, 2017). Dessa forma, a incorporação do Complexo da Saúde do Plano Brasil Maior se desdobra em uma série de medidas para fortalecer sua capacidade produtiva e de geração e difusão do progresso técnico.

Por fim, a ABDI (2016) afirma, a respeito dos impactos do Plano Brasil Maior, que os avanços de formulação e o amadurecimento institucional e operacional reafirmam a relevância do programa, mas, ainda assim, é necessário continuar aperfeiçoando mecanismos de diálogo e formulação de políticas públicas, além de desenvolver sistemáticas ainda mais precisas de monitoramento e avaliação, de modo a ampliar a abrangência e os resultados almejados.

Portanto, pode-se afirmar que, embora haja projetos para avanços tecnológicos, a fim de produzir medicamentos em âmbito nacional, a insuficiência de recursos disponível bem como a seu financiamento impõem diversas barreiras para a efetivação do plano Brasil Maior em face do Complexo da Saúde. Como resultado dos investimentos federais para o Complexo da Saúde do Plano Brasil Maior, serão apresentados os impactos do plano e suas metas alcançadas com mais detalhes.

## 4.2 Agroindústria

O complexo agroindustrial é a unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias, sendo uma unidade de análise na qual as atividades da agricultura, pecuária, e reflorestamento se vinculam com as atividades industriais com a de máquinas e insumos para a agricultura e com o beneficiamento e processamento, com o comércio atacadista e varejista internos, e com o comércio externo, tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2012).

O sistema de agroindústria, bem como de outros setores é representado pelos comitês executivos, e pelo conselho de competitividade, no caso, da agroindústria. Os comitês executivos apresentam colegiados de direção dos Conselhos de Competitividade, compostos somente por representações do governo, possuindo a tarefa de monitorar e avaliar o alcance das metas e consolidar propostas junto aos participantes do Conselho (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011).

A Agroindústria constitui em fortalecer seu papel de grande exportador, tendo, de todas as medidas distribuídas nos dezenove setores, a que mais foi contemplada: cerca de um quarto das medidas sendo direcionadas à Agroindústria, sendo o setor com maior percentual de medidas de provisão de bens coletivos, cujos efeitos tendem a ser apropriados de forma menos particularizada.

Conforme publicado no Jornal GGN, ao analisar os resultados práticos do Plano Brasil Maior, no ano de 2016, observa-se corte no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foi de 25%, relativos a R\$ 1 bilhão, tendo com isso cerca de R\$ 4 bilhões de verba, valor inferior à metade do que foi recebido em 2015 para o Complexo da Agroindústria (BIERRENBART, 2015)

Com isso, no setor da agroindústria, apenas foi possível identificar as expectativas, sem a efetivação das metas estabelecidas pelo Plano Brasil Maior, pois, conforme pesquisas realizadas sobre seus resultados, as metas não foram alcançadas, e a razão, segundo justifica o Governo Federal, é a crise no setor industrial e a falta de um ciclo significativo de investimentos em infraestrutura (GOVERNO FEDERAL, 2015). Como resultados deste presente setor, o Plano Brasil Maior deixou de realizar as diversas metas, que eram para ser cumpridas até o ano de 2014, porém até a data desta pesquisa (2017) não houve avanços.

### **4.3 Outras considerações sobre os impactos do Plano Brasil Maior**

Para Pinheiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia/FGV, um dos problemas do Brasil Maior foi o estímulo excessivo de recursos do BNDES, que não se traduziu no crescimento da forma esperada, e foi deteriorando o lado fiscal do país e reduzindo os investimentos do setor privado (ABIMAQ, 2015).

O programa Brasil Maior acrescentava ações protecionistas, como a reserva de mercado para os fornecedores nacionais do setor da saúde, o aumento da tarifa de importação e um plano de subsídios para o complexo agroindustrial. Contudo, em 2012, o governo implantou um aumento da desoneração da folha de pagamento, sem ter fiscalidade, e, a partir de 2013, com a redução dos juros, houve o aumento da inflação (KLEIN, 2016).

O Balanço Executivo de dois anos do Plano Brasil Maior disponível pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, agência esta que realiza o monitoramento, gestão e avaliação do PBM, ressalta que, nos dois primeiros anos, um dos eixos fundamentais do PBM foi a redução de custos dos fatores de produção, reduzindo os encargos previdenciários incidentes sobre a folha de pagamentos devidos pelas empresas e da desoneração de impostos federais sobre bens de investimento, que favorecem a expansão de capacidade produtiva e propiciem um salto dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos e processos produtivos (ABDI, 2016).

Para alcançar a redução de custos dos fatores de produção e indução do desenvolvimento tecnológico, optou-se pela desoneração da folha de pagamento e pela desoneração dos investimentos. A desoneração da folha de pagamento é a eliminação da contribuição patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com compensação parcial de nova alíquota sobre faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações (ABDI, 2016).

A seguir, apresentam-se os dezenove setores, contemplados no Plano, que obtiveram os maiores impactos nos níveis de atividade, emprego e custos em 2013 em razão da desoneração da folha de pagamento.

**Tabela 3 – Impactos Setoriais da Desoneração da Folha de Pagamento (em %).**

Nível de Atividade	2013	Emprego	2013	Custos	2013
Fabricação de Produtos farmacêuticos	3.01	Fabricação de Produtos farmacêuticos	6.61	Máquinas e Equipamentos para Manutenção	2.87
Máquinas e Equipamentos para Manutenção	2.55	Fabricação de Aço e Derivados	6.14	Peças para Veículos Automotores	2.75
Pecuária e Pesca	2.13	Aparelhos Médicos	5.34	Tintas	2.17
Eletrodomésticos	2.09	Perfumaria	4.78	Fabricação de Aço e Derivados	2.16
Material de Escritório e informática	2.00	Metais Não-ferrosos	4.03	Outros Equipamentos para Transporte	2.14
Outros Equipamentos de Transporte	1.91	Máquinas e Equipamentos para Manutenção	3.83	Celulose e Papel	2.06
Aparelhos Médicos	1.90	Eletrodomésticos	3.45	Produtos Metálicos	1.95
Material Eletrônico	1.75	Produtos Metálicos	3.42	Caminhões e Onibus	1.79
Caminhão e ônibus	1.74	Tintas	3.37	Defensivos Agrícolas	1.77
Perfumaria	1.70	Material de Escritório e Informática	3.25	Eletrodomésticos	1.73
Tintas	1.64	Celulose e Papel	3.12	Fabricação de Produtos	1.67
Fabricação de Aço e Derivados	1.39	Outros equipamentos de Transporte	2.77	Fabricação de Aparelhos Médicos	1.64
Peças de Veículo Automotores	1.38	Têxteis	2.68	Metais Não Ferrosos	1.46
Vestuário	1.34	Alimentos e Bebidas	2.45	Máquinas Elétricas	1.42
Produtos Metálicos	1.33	Cimento	2.37	Químico Diversos	1.22
Couro e Calçado	1.32	Peças de Veículos	2.32	Pecuária e Pesca	1.11
Celulose e Papel	1.22	Material Eletrônico	2.30	Aparelhos Médicos	1.02
Têxteis	1.12	Máquinas Elétricas	2.30	Escritório e Informática	1.02
Cimento	1.12	Pecuária e Pesca	2.29	Couro e Calçados	1.01

Fonte: ABDI, 2016.

Os impactos setoriais da desoneração são particularmente importantes para uma significativa parte de setores, direta e indiretamente beneficiados pela medida, como desoneração dos investimentos, por exemplo, em que por meio da completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento, conseguiu-se reduzir a tributação efetiva de bens de capital para 4,3% do custo do investimento, referente apenas ao custo da alíquota de ICMS, calculando-se que os níveis agregados de atividade, emprego, investimento e exportação da economia brasileira tenham sido ampliados, em 2013, em 0,25%, 0,35%, 1,46% e 0,14%, respectivamente (ABDI, 2016).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho são importantes para a compreensão dos impactos da intervenção estatal na economia; isto é, de como medidas estabelecidas em

programas e projetos do Estado afetam diversos setores, que refletem no cenário econômico. O intervencionismo estatal pode ter grande influência na gestão das empresas, pertencentes a diferentes indústrias, podendo ter resultados positivos ou não. Se os positivos contribuem para a melhoria da competitividade das empresas e crescimento do país, os resultados negativos geram insegurança na economia e devem ser igualmente alvos de atenção.

Dessa forma, este estudo pode suscitar uma discussão sobre a importância de se avaliarem os reais impactos acarretados por planos econômicos propostos pelo Estado, como, por exemplo, a política industrial. De acordo com Krugman (1989 *apud* MASTRONARDI, 2015), a política industrial pode ser interpretada como um empenho governamental em fomentar setores avaliados como importantes para o crescimento econômico do país. Como dito anteriormente, o Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países mais protecionistas do mundo.

Foi possível observar que, no período de governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, há um Estado que assume o ônus do desenvolvimentno econômico; mas, já nos anos seguintes, de 1980 a 1990, há um Estado mínimo, isto é, governos com preocupação com a estabilidade de preços, e direciona-se para o setor privado o papel de promoção do crescimento.

O governo Lula, por sua vez, caracterizou-se pelo liberal-desenvolvimentismo, quando há uma intervenção moderada do Estado, mas sob um contexto neoliberal. Com isso, em seu governo, houve a Parceria Público-Privado, como sendo uma alternativa do governo para investimentos em obras de infraestruturas, buscando, dessa forma, parceiros privados nos investimentos, tendo como principal financiador o BNDES, que apoia e financia a longo prazo investimentos em diversos segmentos econômicos.

Por sua vez, no governo Dilma, houve a implantação do Plano Brasil Maior, adotando, com isso, uma política industrial, mas sem efeitos significativos, como descrito nesta pesquisa, por questões políticas e econômicas. Dentre esses investimentos, o BNDES apoiou e financiou o Plano Brasil Maior, programa este instituído pelo Governo Federal que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior, focando no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, para alcançar o desenvolvimento econômico e social do país.

Além do mais, o PBM constituiu um plano com ênfase em medidas setoriais, e esta pesquisa teve como objetivo analisar o plano ficando em dois setores: Complexo da Saúde e Complexo da Agroindústria. O Plano Brasil Maior apresentou metas importantes para alcançar seus objetivos durante o período de 2011 até 2014, porém, como resultado e destaques do Plano Brasil Maior, observou os seguintes aspectos.

- 1) Em face do Complexo Industrial da Saúde, o Ministério da Saúde captou projetos de transferência de tecnologias para que fossem produzidos no país medicamentos prioritários para o Sistema Único de Saúde, além de incentivos de tecnologias para a produção dos remédios, entretanto a insuficiência de recursos disponível bem como o seu financiamento impõem diversas barreiras para a efetivação do plano.
- 2) No tocante ao Complexo da Agroindústria, havia o foco de estimular a competitividade e a exportação, sendo este setor com o maior percentual de medidas, contudo, conforme a pesquisa realizada, o Plano Brasil Maior não alcançou as metas estabelecidas até o ano de 2014, ano este programado para o fim do Programa, e este fato se deu em razão da falta de investimentos em infraestrutura.

Portanto, o governo, de maneira intervencionista no quadro econômico do país, ao proteger e estimular o desenvolvimento de determinado setor em detrimento de outro, está visando, através de suas ações, uma estratégia de desenvolvimento para o país. Embora tenha vencido em dezembro de 2014 o prazo para apuração das metas propostas para a política industrial e crescimento econômico, e o governo Dilma Rousseff tentado colocá-los em prática, apenas foi possível identificar as expectativas, sem confrontá-las com a efetivação de suas metas, pois, conforme pesquisas realizadas sobre seus resultados, grande parte do que estava previsto não foi alcançado, e a razão estaria ligada à própria crise no setor industrial - que o programa não reverteu - e à falta de um ciclo significativo de investimentos em infraestrutura (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Em razão disso, seria importante que o PBM tivesse selecionado determinados setores para a definição de ações específicas sem estabelecer tantas metas e medidas, pois no PBM não houve o direcionamento de ações para setores selecionados como os mais importantes para o desenvolvimento do país. Muitas metas deixaram de ser cumpridas, pois, nesta pesquisa, entende-se que houve excesso de metas, e pela razão do Governo Dilma não estabelecer prioridades, muitas acabaram sem ter a devida atenção e atuação. Além disto, as medidas parecem não atingir os problemas estruturais dos setores estudados, o que poderia ser atingido com políticas de mais longo prazo.

Assim, por mais que as medidas do PBM analisadas nesse trabalho não tenham trazido os resultados esperados, o fato de o Plano Brasil Maior ter existido é positivo, uma vez que trazer a política industrial em vários setores para o debate público contribuiu para pensar estratégica e analiticamente as características da economia do país.

Com todo o exposto, durante as pesquisas do Plano Brasil Maior e estudos sobre as metas estabelecidas e cumpridas, encontrou-se barreiras para a extração de dados sobre o Programa, em razão de que há poucos documentos disponíveis sobre o tema, inclusive no

sítio eletrônico da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, portal informático do governo que promove e traz relatórios sobre as políticas industriais, como também é a agência que contribuiu para a construção de agendas de ação setoriais, e dispõe de monitoramento e avaliação do Plano Brasil Maior. Contudo, seria interessante, em futuras pesquisas, uma análise mais detalhada do programa, em outros setores e também a avaliação de outras políticas industriais que venham a ser implantadas para observar se a intervenção estatal é eficaz para o crescimento econômico do país ou prejudicial, como no caso do PBM, em que houve muitos gastos nos projetos, e poucas metas foram alcançadas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Balanço Executivo de 2 anos do PBM*. 2016. Disponível em: <[http://www.abdi.com.br/Estudo/PBM%20%20Balan%C3%A7o%20%20anos\\_.pdf](http://www.abdi.com.br/Estudo/PBM%20%20Balan%C3%A7o%20%20anos_.pdf)>. Acesso em: 23 fev 2017.

ABIMAQ. *Clipping e tendências*. 2015. Disponível em: <<http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Imprensa-Clipping-Tendenciasdetalhe?DetalheClipping=1167>>. Acesso em: 04 mai 2017.

BIERRENBART, A. As medidas que nasceram do Plano Brasil Maior. *Jornal GNN*. 2015. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/as-medidas-que-nasceram-do-planobrasil-maior>>. Acesso em: 23 fev 2017.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

CORREIO DO BRASIL. *Indústria nacional prioriza fabricação de medicamentos*. 30/01/2017. Disponível em: <<http://www.correiodobrasil.com.br/industria-nacionalprioriza-fabricacao-de-52-medicamentos/>>. Acesso em: 06 fev 2017.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. 2. ed. São Paulo: *Editoria 34*, 2005.

FERREIRA, P. V. *Análise de cenários econômicos*. Curitiba: InterSaberes, 2015.

FGV/CPDOC. *Plano de Metas: 50 anos em 5*. s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 7 dez 2016.

FIORI, J. L. Para repensar o papel do Estado na economia sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*. v 12. n.1 (45). Jan/mar 1992. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/45-6.PDF>>. Acesso em 19 abr 2016.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADELHA; COSTA. Complexo Industrial da Saúde: dinâmica de inovação no âmbito da saúde. In: Giovanella L, Escorel, S, Lobato, LVC, Noronha, JC, Carvalho, AI (org). *Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO FEDERAL. *Brasil Maior deixa de cumprir grandes metas*. 2015. Disponível em: <https://www1.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=10166> 42. Acesso em: 08 dez 2016.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. *Complexo Agroindustrial*. 2015. Disponível em: [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8P6LRQ?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8P6LRQ?opendocument). Acesso em: 25 jan 2017.

JARDIM, M. C. *Programa de aceleração do crescimento*. São Paulo: Ed Cultura Acadêmica Unesp, 2015.

KLEIN, C. Especialista em finanças. *Revista Valor Econômico*. 2008. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4527461/para-especialista-em-financas-2008marcou-inicio-de-erros-do-pt>. Acesso em: 07 fev 2017.

KRUGMAN, 1989 *apud* MASTRONARDI, Rafael. *Plano Brasil Maior: Análise de Medidas de Redução do Custo de Fatores de Produção, Capital e Comércio Exterior*. Campinas: Unicamp, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000967958>. Acesso em: 11 fev 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Câmaras Setoriais: Cachaça*, 2011. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Cachaca/37RO/App\\_PBRM\\_37RO\\_Cacha%C3%A7a.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Cachaca/37RO/App_PBRM_37RO_Cacha%C3%A7a.pdf). Acesso em: 7 dez 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *PORTARIA N° 506 de 2012*. 2012. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0506\\_21\\_03\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0506_21_03_2012.html). Acesso em: 25 jan 2017.

OLIVEIRA, D. *História do Brasil: política e economia*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

PLANO BRASIL MAIOR. *BRASIL – ECONOMIA E GOVERNO*. 2013. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/23/o-que-e-o-plano-brasilmaior/>. Acesso em: 02 mar. 2017.

PIRES, M. C. *Economia Brasileira: Da colônia ao governo Lula*. 1 ed. Saraiva, São Paulo, 2010.

ROSA JR, F. Aspectos gerais da intervenção do Estado na economia. *JurisWay*. 2011. Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=5541](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5541). Acesso em? 15 abr 2016.

REBELO, F. C. J. A crise financeira de 2008: intervenção do Estado no domínio econômico. *Revista SJRJ*. v. 07. n.28. Rio de Janeiro 2010. pp.69-79. Disponível em: [http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista\\_sjrj/article/viewFile/213/171](http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/213/171). Acesso em 19 abr 2016.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200003). Acesso em: 14 out 2016.

SILVA, H. 1889: *A República não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SOARES, C. Impactos Plano Brasil Maior. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>>. Acesso em: 7 dez 2016.

SOUZA, J. M. de. *Economia brasileira*. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2009.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, 2011. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/5623/4671](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/5623/4671)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

VIANNA, I. O. de. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: EPU. 2001.

**Contato:** marciaheloisa@hotmail.com e ana.prado@mackenzie.br